

Equilíbrio ambiental em pauta

PABLO REBELLO

DA EQUIPE DO CORREIO

A definição do Distrito Federal como área metropolitana e a busca de equilíbrio entre as necessidades urbanas e ambientais estão entre as principais questões que serão discutidas hoje, das 9h às 17h, na primeira audiência pública do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), no Centro de Convenções Ulysses Guimarães. O plano irá definir as ocupações de áreas urbanas e rurais de acordo com questões socioeconômicas, ambientais, habitacionais e de preservação da área tombada de Brasília. Essa é a primeira revisão que o governo do Distrito Federal (GDF) realiza no PDOT desde que ele foi aprovado na Câmara Legislativa, em 1997.

A Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh) começou o processo de revisão há mais de dois anos, com estudos que passam da deman-

da habitacional ao uso do solo. Outras secretarias também realizaram estudos, que abrangem assuntos como demanda de transporte e saneamento. Um deles prevê que, em 30 anos, a população do DF irá dobrar de dois para quatro milhões de habitantes. Tudo isso ajudou a fundamentar a nova proposta.

"A revisão do PDOT se tornou imprescindível em função de vários eventos desde o ano 2000", explica a secretária de Desenvolvimento Urbano, Diana Meirelles da Motta. Segundo ela, alguns dos motivos que incentivaram a revisão do PDOT foram a adequação do Plano Diretor do DF ao Estatuto da Cidade; um censo realizado em 2000, que atualizou informações socioeconômicas e demográficas do DF; a elaboração do Plano Diretor de água e esgoto do DF e a construção de Corumbá IV, entre outros.

Para estabelecer as diretrizes do Plano Diretor, a participação da comunidade foi essencial. "Fi-

zemos cerca de 200 reuniões, em todas as cidades do DF. Ouvimos mais de 12 mil pessoas e recebemos mais de 6 mil propostas", relata a secretária. A maioria das propostas refere-se à questão fundiária. Durante a audiência, a comunidade poderá contribuir com sugestões para melhorar o texto a ser enviado à Câmara Legislativa. Questões como a regularização fundiária, patrimônio cultural e ambiental, habitação, desenvolvimento econômico e transporte urbano serão discutidas na audiência.

O GDF irá apresentar uma proposta de macrozoneamento elaborado de acordo com as discussões realizadas durante o ano. O PDOT também busca identificar áreas onde são necessárias intervenções para evitar ocupações irregulares do solo urbano, vencer os principais desafios da rede viária, orientar a urbanização nas áreas tombadas de Brasília e qualificar as áreas do DF.